

# Mercês, pactos e conflitos: negociações e disputas entre a nobreza da terra carioca na Revolta da Cachaça (1649-1661)\*

Grace, pacts and conflicts: negotiations and disputes between the nobility of the Rio de Janeiro in the Revolta da Cachaça (1649-1661)

**Marcelo Gulão Pimentel**

*Professor de História do Colégio Naval, é mestre em Saúde pela Universidade Federal de Juiz de Fora, possui o curso de especialização em História Moderna pela Universidade Federal Fluminense e é graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.*

## RESUMO

Este trabalho procura analisar a Revolta da Cachaça (1660-1661) do Rio de Janeiro como um conflito entre a nobreza da terra carioca pelo domínio da *economia do bem comum* que significava vantagens e benesses políticas e econômicas. Em jogo, a hegemonia da região de suas redes mercantis no contexto histórico do Atlântico Sul no século XVII.

**PALAVRAS-CHAVE:** Revolta da Cachaça; Antigo Regime; Salvador Correia de Sá e Benevides

## ABSTRACT

This paper analyzes the Revolt of Cachaça (1660-1661) of Rio de Janeiro as a conflict between the nobility of the Rio land for control of the common good which meant political and economic advantages and blessings economy. In game, the hegemony of the region of their mercantile networks in the historical context of the South Atlantic in the seventeenth century.

**KEYWORDS:** : Revolta da Cachaça; Ancien Regime; Salvador Correia de Sá e Benevides

## INTRODUÇÃO

Oito de novembro de 1660, integrantes da elite senhorial do Rio de Janeiro partiram da Ponta do Bravo (hoje, parte do Município de São Gonçalo), onde confabularam contra o governo da cidade, atravessando a Baía de Guanabara rumo ao edifício da Câmara. Iniciara-se a Revolta da Cachaça (1660-1661). Durante seis meses, os amotinados controlaram a cidade, levando ao rei o conhecimento da revolta.

---

\* Artigo recebido em 19 de maio de 2014 e aprovado para publicação em 30 de setembro de 2016.

O governador da capitania, Salvador Correia de Sá e Benevides, não deveria imaginar tamanha audácia por parte dos colonos fluminenses quando, no mês anterior, em 11 de outubro de 1660, intitulou o seu primo, Thomé Corrêa Alvarenga, como governador provisório enquanto partia para São Paulo em visita às minas de ouro, as quais se tornou administrador em nome d'El Rey, assim como foi seu avô, em fins de 1639.

Filho e neto de governadores do Rio de Janeiro e ele próprio governador da cidade em oportunidades anteriores, mantinha aliados na Câmara e na administração portuguesa, como é o caso de seu primo Pero de Sousa, que era o Provedor da Fazenda da cidade, principal cargo da burocracia portuguesa no ultramar, responsável por fiscalizar o recolhimento de impostos para a coroa e de prover a cidade de suas demandas. O nosso personagem levava consigo o prestígio de ser grande defensor da cidade contra o inimigo estrangeiro, evitando o ataque do Capitão holandês Piet Heyn ao Rio de Janeiro, ainda nas costas do Espírito Santo, além de se demonstrar fiel ao Império português, sendo membro do Conselho Ultramarino luso e reconquistador de Angola aos flamengos, liderando a expedição militar a Angola em 1648.

A Revolta da Cachaça costuma ser interpretada por parte da historiografia como uma rebelião motivada pela criação de tributos extraordinários à população<sup>1, 2</sup> ou como um litígio entre fabricantes de cachaça e o governador da capitania do Rio de Janeiro por causa da proibição da fabricação da bebida<sup>3</sup>.

Contudo, desde a década de 1990, uma nova corrente historiográfica vem redimensionando a atuação dos colonos brasileiros em relação aos colonizadores metropolitanos. Nessa interpretação, a visão de que o sentido da colonização do Brasil seria o domínio político e a exploração econômica pelos agentes metropolitanos<sup>4</sup>,<sup>5</sup> cede espaço para a ideia de que haveria relativa autonomia e o autogoverno de algumas regiões coloniais, como o Rio de Janeiro, e uma constante margem de negociação entre as autoridades da metrópole e das regiões coloniais.

Influentes estudos<sup>6</sup> têm demonstrado que, no decorrer das conquistas ultramarinas, o governo português ampliava e reforçava o seu poder através de uma política de distribuição de terras e rendas, assim como com a concessão de cargos, comissões e títulos<sup>7</sup>.

Contrariando a visão tradicional de que a centralidade do poder real dirimia os governos locais, a historiadora Maria Fernanda Baptista Bicalho afirma que as câmaras municipais das regiões coloniais gozavam de grande autonomia na sua configuração e em seu sistema jurídico-político local, principalmente as câmaras situadas no Atlântico Sul no século XVII<sup>8</sup>. Sendo assim, o *pacto político* forjado a partir do sistema de mercês seria responsável pela coesão do Império Ultramarino português através da distribuição de mercês que estabeleceria uma rede de reciprocidades que manteria o corpo social da sociedade lusa do século XVII<sup>9</sup>.

Segundo João Fragoso, a constituição da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro nos revela a existência de redes de reciprocidades responsáveis pela constituição de suas fortunas. De acordo com Fragoso:

Ela foi fundamentada na combinação de três práticas/instituições vindas da antiga sociedade lusa: a conquista/guerras – prática que nos trópicos se traduziria em terras e homens, a 'baixo custos', porque foram apossados das populações indígenas; a administração real – fenômeno que lhes dava, além do poder em nome *del Rey*, outras benesses via sistema de mercês; o domínio da Câmara – instituição que lhes deu a possibilidade de intervir no dia a dia da nova colônia<sup>10</sup>.

Esta prática seria parte do que Fragoso denomina como *economia do bem comum*, faria parte da cultura política do Antigo Regime português e teria sido largamente empregada no Rio de Janeiro.

Dentro desta perspectiva, o objetivo deste artigo é reinterpretar a Revolta da Cachaça (1660-61) ocorrida no Rio de Janeiro como uma disputa entre famílias se-

nhoriais para se apropriar dessa rede de reciprocidades que significava vantagens e benesses políticas e econômicas, tendo em jogo a hegemonia da região de suas redes mercantis no contexto histórico do Atlântico Sul no século XVII.

## **O RIO DE JANEIRO E A “GUINADA” ATLÂNTICA**

O cenário mundial passava por um período conturbado entre a segunda metade do século XVI e a primeira metade do século XVII. Em 1568, a Holanda setentrional tomou a ofensiva contra a Espanha em busca de sua independência, evento conhecido como a Guerra dos Oitenta Anos (1568-1648). Este conflito afetou diretamente os territórios ultramarinos. Desde o Brasil até Malaca, no sudeste asiático, as disputas em busca de territórios e entrepostos comerciais inimigos se exacerbaram. A luta pela tomada das fortalezas inimigas também incluía as especiarias das Índias, a prata e o açúcar da América e também escravos africanos.

A Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) tornou mais grave esse cenário. O primeiro grande conflito europeu do mundo moderno envolvendo católicos e protestantes na luta pela hegemonia de seus Estados reforçou o confronto entre a Espanha católica e a Holanda setentrional protestante. A guerra tomou proporções intercontinentais, chegando a ser concebida por Boxer como o primeiro conflito mundial da humanidade<sup>11</sup>. Debilitada com os gastos do conflito, a Espanha entrega à sorte dos colonos a defesa das regiões d'além-mar.

O Estado português se envolveu diretamente neste conflito a partir de 1580, quando foi anexado à Castela. Portugal sofreu com os ataques da Marinha holandesa e inglesa (esta em menor proporção). Sendo o Estado mais fraco entre os beligerantes, Portugal teve consideráveis perdas de frota, especiarias e territórios. Em 1649, o padre jesuíta e estadista português Antônio Vieira estimou que os lusitanos possuísem cerca de 13 navios de guerra e 4 mil homens contra 14 mil barcos armados com canhões e 250 mil marinheiros de tripulação no lado holandês<sup>12</sup>.

A superioridade bélica e comercial foi decisiva para as realizações ultramarinas holandesas até a primeira metade do século XVII. Neste período, tivemos: duas invasões ao Brasil; a conquista da Guiana, Curaçao e de alguns pontos da América do Norte. Na África, estabeleceram-se na colônia do Cabo e, temporariamente, em Angola, Benguela, São Tomé e Príncipe entre outras regiões. No Oriente, criaram feitorias na Índia e dominaram Java, Ceilão, Malaca, Célebes, Molucas (as ilhas das especiarias), Sonda e Timor.

Os enormes prejuízos sofridos pelos portugueses nas quatro primeiras décadas do seiscentos geraram uma profunda insatisfação dos portugueses com o Estado espanhol, sendo esta a principal causa da insurreição promovida por Portugal que se tornou independente, agora sob a dinastia Bragança, representada por D. João IV. A independência não trouxe nenhum alívio aos escassos recursos lusos. Pelo contrário, agora Portugal tinha que combater em duas frentes: uma contra a Espanha em sua fronteira leste e outra contra os holandeses nos mares e regiões ultramarinas. Do início da União Ibérica (1580) até os acordos de paz com Espanha e Holanda (1668/69) intermediados pela Inglaterra, uma página interessante da conjuntura do Atlântico sul estava sendo escrita.

A dificuldade da metrópole portuguesa em furar o bloqueio atlântico imposto pelos holandeses, a necessidade de reorganização interna e a preocupação com as guerras na Europa retardavam a restauração do controle português de seu Império Ultramarino. Assim, estendia-se o período de relativa autonomia das colônias de Portugal que se iniciara no fim do século XVI, quando ainda estavam submetidas ao rei de Espanha. Conforme perceberemos no Rio de Janeiro.

Durante a União Ibérica, o Rio de Janeiro aumentou a sua importância no Atlântico Sul. Com grande parte de sua economia baseada no contrabando de produtos, em um comércio triangular que incluía Luanda e Buenos Aires (situada na desembocadura do Rio da Prata), a cidade iniciou o século XVII sendo a principal urbe lusitana ao Sul de Salvador, sede do Governo-Geral do Brasil.

A Restauração Portuguesa (1640) abriu um novo panorama ao Rio de Janeiro. A aclamação D. João IV como novo rei de Portugal por parte da Câmara, que se colocou sob suas ordens, dá à cidade o título de *mui leal e heroica*. Esse título ampliou os poderes da Câmara como, por exemplo, o direito de escolher o governador substituto em caso de morte do titular em exercício. Além da permissão do uso de títulos de nobreza e limitação do poder do governador. A partir de então, o aumento do poder da Câmara vai chocando-se gradativamente com o poder da oligarquia dos Sá e de seus aliados que veio culminar na Revolta do Rio de Janeiro (1660), apelidada de Revolta da Cachaça ou Revolta dos Jeribiteiros, supostamente iniciada pelos produtores de jeribita (cachaça). Esse movimento político e social é marcado pela destituição do Governador Salvador Benevides e de seus aliados do governo da cidade do Rio de Janeiro.

Com uma posição geográfica privilegiada devido à Baía de Guanabara (um porto natural com águas calmas no seu interior e entrada fechada que facilita sua defesa) e dotada de uma capacidade de fazer convergir os interesses dos colonos das regiões meridionais do Brasil e até mesmo de Buenos Aires para si, o Rio de Janeiro despontou no século XVII como cidade referência dos territórios ao Sul de Salvador.

Assim, o circuito comercial alternativo do Centro-Sul tornou-se uma região de relativo autogoverno e considerável fonte de cabedais para a coroa portuguesa. Fugindo ao exclusivo colonial da metrópole, o Rio de Janeiro passa a se relacionar com o mundo através dos navios estrangeiros que chegam ao seu porto, o que diverge em alguns pontos do modelo de Antigo Sistema Colonial apontado pela corrente historiográfica tradicional que analisa esse período dentro do esquema do tripé: monocultura, escravidão e latifúndio amarrado ao pacto colonial e restrito, basicamente, à atual região nordeste.

Alencastro tira como uma das conclusões de *O Trato dos Videntes* que a retomada dos territórios brasílicos ocupados pelos holandeses teria criado uma nova teia de relações políticas na administração portuguesa

na América. Segundo ele, uma “*co-gestão* luso-brasílica” haveria se formado no circuito mercantil do Atlântico Sul<sup>13</sup>.

A produção agrícola tem início logo nos primeiros anos da colonização. Preocupado com a ocupação do entorno da Baía de Guanabara, Martim de Sá em seu 2º governo, concedeu diversas sesmarias para a povoação do interior. De acordo com Santos, a ocupação fundiária do Rio de Janeiro teve características de pequena e média propriedade se comparado com a ocupação fundiária do Nordeste, por exemplo. Uma sesmaria<sup>14</sup> de pequena a média tinha, em geral, de 1 a 4 léguas de extensão (cada légua mede aproximadamente 6 mil metros). Essas novas terras ocupadas tomavam como referência o Porto do Rio de Janeiro, interligando-se a ele por via fluvial, já que as terras da capitania eram tomadas por pântanos e alagadiços. O transporte pela rede fluvial facilitava o transporte de mercadorias e facilitava a integração das regiões interioranas com a cidade.

Já no início do século XVII, o Rio de Janeiro começa a se inserir no circuito comercial do Atlântico Sul. A cidade começa a se afastar do interior do continente e se aproxima das rotas marítimas, integrando-se com os portos de Buenos Aires e Luanda.

Quando se trata de integração, deve-se levar em consideração pelo menos três elementos: o território, a língua e a composição étnica nas áreas em que se desenvolve o processo. No caso da integração na América Latina e, em especial, na região do Prata, existia uma conjuntura favorável à integração, haja vista que existia uma proximidade geográfica e uma construção territorial; as línguas possuíam tronco comum, não havendo uma dificuldade de comunicação entre as partes envolvidas no processo; e, visto suas economias se mostrarem complementares. Já no caso de Luanda, o oceano aproximava muito mais do que distanciava os territórios. Os problemas com a língua e a composição étnica eram superados pela atuação dos sobas e dos pombeiros que mediavam o processo de aquisição dos escravos e de outros produtos. Os traficantes negreiros, em grande parte, não extrapolavam a localidade do porto e, de todo o modo,

as suas economias estavam integradas pelo fato da África ser a grande reprodutora da mão de obra utilizada na América.

A integração entre o Rio de Janeiro, Luanda e o Rio da Prata inicia-se após a segunda fundação da cidade de Buenos Aires em 1580. Contudo, esse comércio ganhará força nas duas primeiras décadas do século XVII.

Assim como Salvador, o Rio de Janeiro se apresenta como uma das regiões estratégicas para a contenção de conflitos que estavam acontecendo no Atlântico Norte. Além, é claro, da defesa dos interesses portugueses no Atlântico Sul. O Porto do Rio de Janeiro tornara-se uma parada quase obrigatória para os navios que desciam para a região do Rio da Prata e para os que atravessavam o Estreito de Magalhães no intuito de alcançar o vice-reinado do Peru, de onde a prata de Potosi era escoada em direção a metrópole espanhola. O porto da cidade de São Sebastião também oferecia um trajeto mais curto para Angola e para a carreira da Índia em relação a Salvador.

Mas a cidade não era só seu porto, onde navios passavam abastecendo-se de víveres e de água, e também não era apenas um centro de concentração do poder da Coroa portuguesa no Sul da América<sup>15</sup>.

Ao contrário de Salvador, que sofria forte controle metropolitano, o Rio de Janeiro recebia embarcações de todo o mundo. Comercializava com todos, portugueses e quaisquer outros navios que aportassem na Baía de Guanabara. Isso fazia com que ela assumisse uma posição singular na colônia brasileira em relação ao sistema colonial português.

No início do século XVII, utilizando-se de sua vocação comercial, assistimos ao grande florescimento da economia fluminense. Em 1629, o número de engenhos era de 60, aumentando em mais de 300% o seu número em relação a 1612<sup>16</sup>.

O comércio com a região do Rio da Prata recebeu uma forte injeção de cabedais fluminenses, principalmente nas duas primeiras décadas do seiscentos. Por se tratar em sua imensa maioria de comércio de contrabando, não temos dados sobre o volume de negócios mantidos entre as duas

praças. Temos indícios que Salvador Correia de Sá e Benevides mantinha contatos em Buenos Aires, Tucumán e até em Lima, através de uma política de casamentos<sup>17</sup>. Contudo, esse comércio não era monopolizado por Benevides. Frágoso nos revela que, em 1635, quando o comércio com a região do Prata estava sendo duramente reprimido pela coroa espanhola, Pantaleão Duarte Velho desfazia uma sociedade mercantil ligada à Bacia do Prata, na mesma década que se casava com uma rica herdeira de terras e moendas no Rio de Janeiro.

Outro ramo responsável pelo acúmulo de recursos da futura elite senhorial fluminense é o tráfico negreiro. A mão de obra indígena, gradativamente, foi dando espaço à africana com a instituição do comércio negreiro. O tráfico de escravos torna-se de tal forma preponderante ao Rio de Janeiro que um grupo de moradores da cidade montou uma das mais reveladoras empreitadas da história do Brasil colonial. Uma expedição de resgate de Angola das mãos dos holandeses, armada com homens e recursos particulares da nobreza da terra da cidade. Liderada por Salvador Benevides.

A partir de sua "guinada atlântica" no início do século XVII, o Rio de Janeiro passa a integrar a região do Prata com Angola como entreposto comercial. O comércio triangular: Rio – Buenos Aires – Luanda tem no Rio de Janeiro o seu principal elo e o rompimento dessa cadeia, depois do fim da União Ibérica (1640) em que a Espanha declarou guerra a Portugal e a perda de Luanda para os holandeses em 1641, provocou imediata reação na praça carioca e em todo o Império português. Consultado sobre a melhor forma de recompor o comércio com a região do Prata, Salvador Benevides apontou como fundamental a retomada de Angola dos holandeses, pois, sem os escravos negros, não haveria como fazer comércio vantajoso com Buenos Aires.

Conforme podemos perceber, a participação de Benevides nos principais eventos constituintes da vida política e econômica da cidade era quase absoluta. E foi a liderança e o poder que Benevides tinha no Rio de Janeiro o principal motivo do levante de 1660. Nesse sentido, a Revolta da Cachaça

não foi uma rebelião popular, conforme afirmam alguns autores, mas sim uma manobra de famílias senhoriais rivais da família Sá que buscavam maior participação nos negócios e na política da cidade.

## **OS COLONOS FLUMINENSES X SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES**

O poder aglutinado por Salvador Correia de Sá e Benevides era considerável. A quantidade de terras herdada e conquistada por ele e pela família Sá o tornou um dos principais latifundiários do Brasil Colônia. Ainda em 1652, possuía cinco engenhos e 40 fazendas de gado nos arredores da Baía de Guanabara. As possessões territoriais da família Sá incluem terras na região de Campos e na Zona Oeste carioca. Em 1676, foram concedidas a Salvador Benevides e seus herdeiros 30 léguas de litoral até o Prata<sup>18</sup>. Além disso, também podemos contar as propriedades pertencentes à sua mulher, Catalina Velasco, viúva de um rico proprietário de terras no Prata.

O seu prestígio atravessava diversas regiões do ultramar, com relações políticas, sociais, comerciais e de parentesco no Brasil, Angola, Região do Prata, Paraguai, Peru e Portugal. Salvador Benevides pode ser classificado como *homem ultramarino* que buscava fazer carreira nas colônias do Atlântico Sul com o intuito de conseguir privilégios e mercês no Império português.

## **A LUTA POR ANGOLA**

A participação de Salvador Benevides como general responsável pela reconquista de Angola foi um evento marcante para a história do Rio de Janeiro seiscentista, pois, ao mesmo tempo em que gerou glórias e privilégios para os participantes da expedição e para a cidade, foi um marco na insatisfação dos moradores da cidade com Salvador Benevides.

A escolha de D. João IV, que fez do Rio de Janeiro a cidade responsável pela reconquista de Angola e de Salvador Benevides o seu líder, não foi à toa. O Rio de Janeiro se apresentava como um dos principais portos de escravos da América portuguesa no pe-

ríodo que a região Nordeste se encontrava em dificuldades devido à presença holandesa. "Sem os escravos africanos não haveria o Brasil", era o que, em suma, diziam os conselheiros do rei, entre eles: Salvador Benevides. Sem os escravos, não só a produção mercantil exportadora estava comprometida, mas também a prata do Potosí, já que os negros eram trocados pelo minério na região do Prata. Além disso, o processo de colonização só se tornaria possível tomando-se o controle das duas partes do sistema: a produção agrícola e a reprodução da mão de obra, a América e a África, a *vaca leiteira* e a *mãe preta*.

O Rio de Janeiro era o maior interessado no negócio, já que o mercado negreiro era a principal atividade comercial da cidade. E Salvador Benevides, além de ser um dos mais importantes traficantes de escravos, era o único que tinha cabedais e experiência suficientes para tamanha empreitada. Desse modo, foi dado a ele em 1648, de uma só vez, os governos do Rio de Janeiro e Angola. Os custos não eram poucos e a Metrópole não tinha como bancar a frota e os soldados. Mesmo Salvador Benevides junto com seus parentes não foram suficientes para financiar a expedição, conforme podemos perceber na carta enviada por Salvador ao rei de Portugal antes do episódio de Reconquista de Angola. Na carta datada de setembro de 1647, Salvador reclama que tinha "*(...) feito grandes despesas assy de matalotagem, como de sustentar gente infrutuozza em minha caza (...)*". Em outro trecho, ele se queixa que os recursos prometidos para a expedição não tinham chegado, ressaltando a negligência dos Conselhos Ultramarino e de Guerra e também do Secretário de Estado Conde de Mira tomar as providências devidas. No fim da carta vem o pedido de que o rei o honre concedendo mercês "*(...) pelos serviços que lhe tenho feito, como despesas, como, sobretudo pela prontidão com que sempre estou para o que V. Magestade for servido dispor de mim (...)*". Em um tom mais dramático, Salvador afirma que o sustento de sua mulher e seis filhos dependiam das mercês concedidas pelo rei.

A Câmara tentava sensibilizar a população inconformada pela taxa de 80 mil cru-

zados imposta por Salvador Benevides para custear a guerra. Em ata lavrada, justifica que o fracasso na *Jornada de Angola* teria como consequência “*intolerável perda, assim a S. M. como a todo este Estado do Brasil*”. No mesmo intuito, Salvador reúne os moradores para explicar que a “destruição” de Angola iria penalizar todo o Brasil português, em especial “os moradores do Rio de Janeiro a quem tocava maior dano”<sup>19</sup>. Contudo, havia a voz dos colonos que discordavam da ação. Para eles, os gastos da viagem e a doação de homens, armas, navios, munições e mantimentos deixaria a cidade desguarnecida, ficando os moradores da cidade a mercê de um ataque inimigo. O próprio Salvador afirma para el rei que: “a gente do Rio de Janeiro está descoroçoada por ver que lhe falta com que defender-se”<sup>20</sup>. Muitos moradores preferem defender o que ainda não foi tomado pelo holandês do que arriscar-se em retomar uma região dominada. Porém, tais apelos não mudam a decisão: a expedição saíra do Rio de Janeiro em 1648.

Assim, com o apoio de proprietários e negociantes fluminenses, mas com a desconfiança de outros moradores a quem não agradava de deixar o Rio de Janeiro desprotegido de um provável ataque holandês, Salvador Benevides parte com a Esquadra luso-brasílica formada com cerca de 70% de recursos fluminenses e composta com um pouco menos de 2 mil homens, 11 naus e quatro patachos. Em agosto do mesmo ano de sua partida, Angola é reconquistada<sup>21</sup>.

Esse evento é constantemente rememorado tanto por Salvador Benevides como pelos membros da Câmara da Cidade para a concessão de privilégios ou mercês do Rei.

Alguns anos depois da partida da expedição, Salvador ganha o título de “Restaurador de Angola”, e solicitou um título de nobreza como forma de recompensa aos serviços prestados por ele, seu pai e seu avô. Tal título só é dado ao seu filho Martim de Sá, que foi proclamado o primeiro Visconde de Asseca. Em 1653, a Câmara da Cidade escreve uma petição ao rei, contrária aos privilégios dados à recém-criada Companhia Geral de Comércio. Nesta petição, é reivindicada para a cidade o mérito

da expedição “Quem pode negar a esta cidade a glória da restauração de Angola”<sup>22</sup>.

### **A COMPANHIA GERAL DE COMÉRCIO (CGC)**

Criada em 1649, a Companhia Geral de Comércio teria a função de obter um maior controle sobre o comércio do Brasil. O objetivo da companhia era de enviar frotas regulares do Brasil para Portugal e vice-versa, escoltando toda a exportação colonial com navios de guerra. Em troca, a coroa garantiria à Companhia “o estanque (monopólio) para o Brasil de quatro gêneros de mantimentos, a saber, vinhos, farinhas, azeites e bacalhau (...)”. A coroa também fixa preços aos quais a companhia pagaria pelos produtos, sendo eles “(...) todos mais acomodados, do que hoje estão valendo”<sup>23</sup>.

Com a Armada da Companhia Geral de Comércio, a coroa poderia dar mais segurança aos comerciantes e produtores dos “perigos do mar”, a citar: piratas, corsários de diversas bandeiras e os holandeses, seu principal inimigo no ultramar.

O rei pretendia também apertar os laços com a colônia, impedindo descaminhos do quinhão metropolitano e a prática do contrabando, já que Portugal andava escasso de recursos e assolado pela guerra na Europa causadora de uma profunda crise. Na segunda metade do século XVII, os mercados europeus apresentam forte queda no consumo do açúcar brasileiro, que agora enfrenta a concorrência das Antilhas. O preço do tabaco também desaba perante a concorrência da Virgínia. Produtos tropicais de luxo passaram a ser dispensáveis no quadro de guerras da Europa. O pau-brasil, cuja tinta de cor vermelha-brasa era amplamente utilizada para tingir tecidos e dar um novo colorido às vestes europeias, acompanha a tendência de baixa. Daí a importância da cachaça.

Diante da crise que se apresentava, ainda mais agravada pelas epidemias de varíola que dizimara parte da população fluminense, principalmente escrava, os produtores encontraram na cachaça a melhor saída para manter a mão de obra, na medida em que a aguardente brasileira era muito con-

sumida em práticas rituais africanas<sup>24</sup>. Sendo mais apreciada do que a aguardente de uva portuguesa, os produtores e exportadores metropolitanos perdiam o mercado africano para os brasílicos. Assim, com o objetivo de proteger os produtores metropolitanos na África e de ampliar a exportação de vinho para a América portuguesa, D. João IV determina em 1649 a proibição da produção e consumo de vinho de mel (a garapa fermentada), aguardente e cachaça em todo o Estado do Brasil. El rei alegava que a fabricação desse produto era de “grande prejuízo” de sua fazenda<sup>25</sup>.

Além de defender os seus próprios interesses, o rei também acata a decisão dos deputados da Companhia Geral de Comércio que garantiria o monopólio no fornecimento de vinho para o Brasil.

A proibição do fabrico da cachaça e as restrições à navegação comercial ultramarina, que a partir de 1649 só poderia ser feita sob o aval da Companhia Geral de Comércio, exaltaram os ânimos dos colonos fluminenses, que reagiram à decisão Real através de seu Governador Luís de Almeida Portugal (1652-57). Luís de Almeida enviou um memorial ao Conselho Ultramarino alegando que a proibição da produção e comercialização da aguardente causaria grandes danos à economia fluminense. Como consequência, muitos engenhos seriam extintos e, por isso, iria suspender a ordem régia na cidade. Sempre buscando não desacatar o rei, o governador do Rio de Janeiro argumenta que a proibição poderia ser mantida na Bahia, onde o açúcar tinha maior qualidade e melhor preço, não sendo essencial à produção da bebida derivada da cana, já no Rio de Janeiro era fundamental a cachaça, pois o seu açúcar não tinha boa qualidade, sendo considerado pelo Padre Antônio Vieira como o pior do Brasil<sup>26</sup>. A Câmara ainda pede autorização para a saída de navios que não pertencessem à frota desta Companhia.

A situação de rebeldia do Rio de Janeiro em relação à cachaça feria brutalmente os interesses da Companhia Geral de Comércio na região. A atitude tomada foi a nomeação de Thomé Correia Alvarenga como novo governador da capitania. Os interesses da família Correia de Sá estavam intimamente

ligados ao da Companhia Geral de Comércio. Esta tinha como um de seus associados Salvador Benevides e como sargento-mor da Armada da Companhia, seu sobrinho, Martim Correia Vasques. Desse modo, uma das primeiras medidas adotadas por Thomé Correia Alvarenga foi a execução da ordem régia que proibia o fabrico da aguardente. Para complementar essa medida, o Reino, sob a alegação de que a cachaça gerava a rebeldia dos negros, em 1659 mandou que todos os alambiques da capitania fossem trazidos à Câmara da cidade “para ali se quebrar e desmanchar”<sup>27</sup>. Sem a produção da cachaça, os colonos do Rio de Janeiro estariam arruinados, na medida em que não poderiam efetuar a troca por escravos, fundamentais para a produção da região e para a troca por prata junto aos espanhóis. A autonomia do Rio de Janeiro estava seriamente comprometida pela atuação da Companhia Geral de Comércio, que proibia a execução da principal atividade produtiva da cidade, controlava a saída e chegada de navios ao porto fluminense através de sua Armada e tinha o monopólio de diversos produtos. Restaria aos colonos entregar a sua produção de açúcar a um preço vil. Com exceção de Salvador Benevides, que em 1653 adquire junto a Lisboa o privilégio de ter junto aos navios que carregassem no Rio de Janeiro 10% do espaço de carga destinado ao seu açúcar, cujo frete era o mesmo que pagavam os ministros da coroa, ou seja, muito mais módicos do que os preços que pagavam os colonos<sup>28</sup>.

## A REVOLTA DE 1660

O golpe econômico tinha sido desferido, contudo ainda restava o golpe político. Com a morte de D. João IV, em 1656, foi incrementado o poder do bando de Salvador Benevides no Rio de Janeiro. Talvez por estar desconfiado da lealdade de Salvador pelas suas ligações familiares com espanhóis e pelas inúmeras denúncias de corrupção e abuso de poder feitas contra ele, o rei, desde 1648, procurou manter distante Salvador e familiares do governo do Rio de Janeiro<sup>29</sup>. Em 1657, como imediato reflexo da morte de D. João IV, foi nomeado Thomé Correia



Alvarenga para o cargo, o que provavelmente foi obtido por Salvador Benevides, que se encontrava em Lisboa. Neste mesmo ano, temos a eleição de Manuel Correia Vasques como juiz pedâneo, que tinha a liderança da Câmara da cidade. Ele obteve também por concessão da Rainha Regente, D. Luísa de Gusmão, a administração das capitânicas do sul, uma de suas maiores aspirações, conforme extensa carta enviada por volta de 1646, quando explica as vantagens da criação da repartição sul, como região independente do Governador Geral do Brasil.

Salvador Benevides dava, assim, o mais duro golpe nas famílias senhoriais rivais. Aqueles que não estivessem sob sua proteção estariam fadados à ruína. As rotas comerciais atlânticas estavam sob o comando da Companhia de Comércio da qual era sócio. Com o botim da expedição de Angola, ele se tornara o principal traficante de negros da região ao Sul da cidade de Salvador. Os caminhos do interior em direção às minas estavam sob sua administração. Era dono da maior parte das terras cultivadas da Capitania do Rio de Janeiro e tinha como maior aliado o segundo maior latifundiário: a Companhia de Jesus, que também tinha o controle das aldeias indígenas.

Todo o poder ainda não era suficiente para Salvador Benevides. De volta de Lisboa em 1660, assumiu o governo da Capitania do Rio de Janeiro e de todas as outras pertencentes à Repartição do Sul, o que incluía também São Vicente, São Paulo e Espírito Santo. E logo foi tratando de lançar novos impostos aos colonos. Desta vez, os tributos financiariam o aumento das tropas de 350 para 500 homens, além de pagar os soldos atrasados. O imposto que incidiria sobre as casas da cidade foi rejeitado pelos representantes dos colonos. Organizados, os colonos barganham pedindo em troca do imposto predial uma taxa sobre a pipa da aguardente. Para isso, o governador deveria permitir a fabricação da bebida, até então proibida. Uma outra taxa seria sobre a carne verde e, assim, a cidade angariaria os recursos necessários para o aumento e pagamento da tropa. A proposta foi aceita pelo governador, contudo logo foi rechaçada, seja pela sua incapacidade de arrecadar

os fundos necessários para o incremento da tropa, seja pelos interesses da Companhia Geral de Comércio que ele mesmo representava e que estavam sendo violados. Não satisfeito, o governador lança uma finta sobre a população que seria taxada de acordo com a riqueza. Esta ação provocou profunda insatisfação dos colonos. O tempo da conversa e negociação haviam terminado. Agora o assunto deveria ser resolvido pela força.

Os colonos sabiam que não conseguiriam afrontar o poder de Salvador Benevides enquanto ele estivesse na cidade. A conspiração deveria começar enquanto ele estivesse ausente. Não demorou muito para que esse dia chegasse.

Após instituir o novo imposto, Salvador Benevides parte em visita às minas de Paranaguá, para verificar sua capacidade aurífera e evitar os descaminhos que podiam efetuar os paulistas, sempre resistentes à divulgação da localização das minas<sup>30</sup>. Outro motivo para ida às capitânicas de baixo era sublevação dos moradores de São Paulo, que não queriam acatar a ordem régia de submissão ao governo de Salvador Benevides. Chegava o momento do revide da população do Rio de Janeiro contra a opressão e humilhações cometidas por Salvador.

Mal o governador tinha partido, iniciou a rebelião. O local escolhido pelos conspiradores para a reunião foi São Gonçalo, região cuja principal atividade econômica era a produção da cachaça. Por se localizar no interior da capitania (no século XVII), os colonos puderam preparar a rebelião longe dos aliados de Salvador Benevides e, no dia 8 de novembro de 1660, o grupo liderado por Jerônimo Barbalho invadiu a cidade tomando sua Câmara e depondo todos os aliados da família Sá, incluindo o governador interino e o provedor da Fazenda.

A revolta apresentou-se aos cidadãos fluminenses como a única reação possível contra o poder opressor. Mesmo que ela também pudesse representar um maior controle metropolitano sobre a cidade dos colonos. A opressão do colonizador reinol seria mais suave do que a submissão a um opressor residente.

Contudo, mesmo sendo dirimida e tendo o seu principal líder, Jerônimo Barbalho,

sido decapitado, os resultados da revolta foram positivos. A câmara rebelde enviou um auto a Portugal em que dão “vivas” a D. Afonso VI de Portugal, submetendo-se à sua vontade, enquanto “leais vassallos de El Rei” revelando-se “magoados, queixosos e oprimidos das vexações, tiranias, tributos, finitas, pedidos, destruições de fazendas, que lhes haviam feito o General Salvador Correia de Sá e Benevides” Neste mesmo auto, o grupo pede o apoio do rei, já que a revolta vinha a ser “em utilidade e conservação dos moradores e dela vassallos do dito senhor, que os devia amparar e não oprimir”<sup>31</sup>.

Em resposta à consulta do Conselho Ultramarino, o Governador-Geral do Brasil Francisco Barreto não toma partido de Salvador Benevides, com quem não mantinha boas relações, nem a favor da rebelião, já que, sendo ele também um governador, não gostaria que o clima insurrecional chegasse à Bahia. Barreto diplomaticamente sugeriu que o general das frotas do Brasil, Manuel Freire de Andrada, encontrasse uma solução “que lhe parecesse mais suave” a fim de negociar a rendição dos revoltosos e que Salvador Benevides “(...) esquecesse *aquella offensa*”. Caso a negociação falhasse, Barreto sugeriu a Freire de Andrada que não ajudasse Salvador Benevides a depor a população por via das armas, tornando válida a ação dos moradores em derrubar o governo e culpando a coroa de o não ter escutado quando avisava sobre a necessidade de uma maior intervenção do Estado naquela região<sup>32</sup>.

Com muitos inimigos e poucos aliados, iniciou-se uma série de acusações sobre Salvador Benevides. A coroa então decide chamá-lo à Lisboa em 1661, confiscando os seus bens e mantendo as decisões da Câmara rebelde que instituíam principalmente a liberdade de fabricar e comercializar a aguardente. Pesava contra Salvador a prática do aumento de impostos no intuito de fortificar as defesas, dotava este de uma grande autonomia reservada apenas aos reis. A insatisfação dos colonos e o seu levante, sucedido por carta que revelava os motivos do motim, dava indícios da confiança dos revoltosos na legitimidade de suas reivindicações e demandas. Pois, a Restauração portuguesa transmitia a ideia de que um governo injusto poderia ser deposto<sup>33</sup>.

Contudo, com a posse de um interventor reinol, Pedro Mello, como governador do Rio de Janeiro, iniciou-se o processo de cerceamento do poder da Câmara Municipal e da autonomia dos colonos da região. A intervenção se desdobrou em uma política que tendia a criar aparatos mais eficientes de enquadramento político e econômico dos órgãos coloniais, principalmente as câmaras municipais, com a criação do cargo de juiz de fora (1690) e o fortalecimento do poder do provedor da fazenda e do ouvidor, reconfigurando as relações políticas do Império Ultramarino português.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudos sobre as faces política e administrativa de Portugal e Brasil no século XVII apresentam importantes questões sobre a constituição dessas sociedades.

Podemos perceber que as relações clientelares e as redes de reciprocidades delas surgidas era que permeava e mantinha coesa a sociedade. O rei estava atrelado a essas relações, devendo respeitar e compensar os serviços com equidade. Ao mesmo tempo, apresenta-se como grande distribuidor das hierarquias e das redes formadas a partir da relação serviço – mercê que, conforme visto, representa importante papel na modelação da mobilidade e do controle social da sociedade moderna portuguesa.

Os espaços de negociação que levavam a convergência entre os interesses da metrópole e das regiões coloniais sugerem a existência de mecanismos de poder que garantiriam uma maior autonomia na vida política e econômica dos colonos do ultramar.

Desse modo, a Revolta da Cachaça não teria sido apenas mais uma revolta anti-fiscal contra a proibição da fabricação da cachaça e contra o excesso de impostos, mas principalmente uma luta entre as principais famílias senhoriais do Rio de Janeiro pelo conjunto de benesses e mercês que permitiria controlar grande parte da política e da economia da cidade.

Salvador Correia de Sá e Benevides, que junto com a sua família captou grande parte das mercês concedidas pela monarquia lusitana, acabou por ser vitimado por ela, tendo em

vista que poder político e econômico de sua família na cidade do Rio de Janeiro resultou em uma revolta que chamou a atenção da coroa sobre os excessos de seu governo. Algumas de suas medidas, como a criação de taxas e impostos, eram de uso exclusivo da monarquia.

Estudos como esse sobre a Revolta da Cachaça nos revelam importantes traços sobre a formação das redes clientelares e das estruturas do poder no Antigo Regime, sendo um rico campo histórico a ser explorado por estudos posteriores.

## **BIBLIOGRAFIA**

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos Viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANNAES DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. XXXIX. 1917.

BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e Artificio: iberismo barroco na formação americana*. Belo Horizonte, Ed. UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: *O Antigo Regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

BOXER, Charles R. *Salvador Correia de Sá e a luta por Brasil e Angola*, 1973.

\_\_\_\_\_. *O Império Colonial Português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1977.

CANABRAVA, Alice P. A grande propriedade rural. In: *História Geral da Civilização Brasileira – T.I 2º vol.* São Paulo: DIFEL, 1960.

COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no Século XVII*. Rio de Janeiro: J. Olimpio, 1965

FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro*. Tomo 88, vol. 142. Rio de Janeiro: IHGB, 1940.

FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil Colônia*. 1ª Edição: Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

FRAGOSO, João. A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII). In: *O Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro, tomo III*. Rio de Janeiro: 1835.

LOUREIRO, Marcello José Gomes. Reconnectando o Império: mercês e interesses mercantis na Força Naval de Salvador de Sá que reconquistou Angola. *Revista Navegador: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 4, n. 7, pp. 35-47, 2008.

\_\_\_\_\_. *A gestão no labirinto: circulação de informações no Império Ultramarino português, formação de interesses e construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.



RODRIGUES, Antonio Edmilson M. Em algum lugar do passado: cultura e história na Cidade do Rio de Janeiro – In: Azevedo, André Nunes de (org) – *Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/NAPE/DEPEXT/SR-3/UERJ, 2002.

XAVIER, Ângela B.; HESPANHA, Antonio Manuel. As Redes Clientelares. In: *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil colonial*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

---

<sup>1</sup> FIGUEIREDO, Luciano. *Rebeliões no Brasil Colônia*. 1ª Edição: Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

<sup>2</sup> WEHLING, Arno; WEHLING, Maria José. *Formação do Brasil Colonial*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, pp. 109-110.

<sup>3</sup> ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O trato dos viventes: a formação do Brasil no Atlântico Sul*. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp. 312-25.

<sup>4</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

<sup>5</sup> NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial (séculos XVI-XVIII)*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

<sup>6</sup> Para uma revisão historiográfica mais detalhada ver LOUREIRO, Marcello José Gomes. *A gestão no labirinto: circulação de informações no império ultramarino português, formação de interesses e construção da política lusa para o Prata (1640-1705)*. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012, pp. 36-61.

<sup>7</sup> XAVIER, Ângela B.; HESPANHA, António Manuel. As Redes Clientelares. In: *História de Portugal: O Antigo Regime (1620-1807)*, vol. 4. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 382.

<sup>8</sup> BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 193-204.

<sup>9</sup> BARBOZA FILHO, Rubem. *Tradição e artifício: iberismo barroco na formação americana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, p. 265.

<sup>10</sup> FRAGOSO, João. A Formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (séculos XVI e XVII) In: *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séc. XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, pp. 42-3.

<sup>11</sup> BOXER, Charles R. *O império colonial português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 1977, p. 129.

<sup>12</sup> BOXER, idem, p.137.

<sup>13</sup> ALENCASTRO, op. cit., p. 354.

<sup>14</sup> Extensão de terra doada pelo governador sob permissão do rei para o cultivo. A doação era feita, pelo menos teoricamente, sob a condição de que o beneficiário deveria aproveitá-la dentro de um certo prazo previamente estabelecido, em geral cinco anos. Quem recebia a sesmaria não deveria pagar pela terra coisa alguma. Por isso, expressa a carta patente de Martim Afonso de Sousa: '... a qual ilha dou forra e isenta para si e todos os seus herdeiros e descendentes'. Além disso, gozavam de alguns outros privilégios, tais como isenções de alguns tributos, comércio com a Metrópole, livre de direitos e na terra deveriam pagar apenas o dízimo da Ordem de Cristo. (CANABRAVA, Alice P. A grande propriedade rural. In: *História geral da civilização brasileira – T.I 2º vol*. São Paulo: DIFEL, 1960, p. 199).

<sup>15</sup> RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. Em algum lugar do passado: cultura e história na Cidade do Rio de Janeiro. In: *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural /NAPE /DEPEXT /SR-3/ UERJ, pp. 18-20.

<sup>16</sup> FRAGOSO, op. cit., p. 31.

<sup>17</sup> ALENCASTRO, op. cit., p. 200.

<sup>18</sup> IDEM, pp. 201-203.

<sup>19</sup> CONDE DE ERICEIRA, *apud* ALENCASTRO, op. cit., p. 233.

<sup>20</sup> ALENCASTRO, op. cit., p. 234.

<sup>21</sup> Para maiores detalhes sobre a campanha militar de reconquista de Angola, ver LOUREIRO, Marcello José Gomes. Reconnectando o Império: mercês e interesses mercantis na Força Naval de Salvador de Sá que reconquistou Angola. *Revista Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 4, n. 7, pp. 35-47, 2008.

<sup>22</sup> Idem, p. 235.

<sup>23</sup> ANNAES DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. XXXIX. 1917, p. 78.

<sup>24</sup> ALENCASTRO. Op. Cit. pp. 311-314.

<sup>25</sup> ANNAES DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. XXXIX. 1917, p. 79.

<sup>26</sup> ALENCASTRO. op. cit. p. 315.

<sup>27</sup> LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro, tomo III*. Rio de Janeiro: 1835, p. 303.

<sup>28</sup> COARACY, Vivaldo. *O Rio de Janeiro no século XVII*. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1965, pp. 148-9.

<sup>29</sup> Idem. op. Cit. 153-4.

<sup>30</sup> BOXER, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a Luta por Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Cia Editora Nacional/Ed. Universitária de São Paulo, 1977, p. 314.

<sup>31</sup> FAZENDA, José Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. Tomo 88 vol. 142. Rio de Janeiro: IHGB, 1940, pp. 548-9.

<sup>32</sup> ANNAES DA BIBLIOTECA NACIONAL, vol. XXXIX. 1917, p. 80.

<sup>33</sup> FIGUEIREDO. op. cit. pp. 86-94.